



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (29-10-2018).

No dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezoito, na Câmara Municipal de Mariana, às dez horas e trinta e quatro minutos, realizou-se a reunião da comissão de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Marcelo Macedo; Vice-Presidente: Daniely Cristina Alves; Vogal: Deyvson Ribeiro), sendo presidida pelo vereador Marcelo Macedo. Leitura da ata da reunião realizada no dia vinte e dois de outubro, sendo aprovada por unanimidade. Estiveram presentes: O Vice-prefeito Newton Godoy, Weber Gomes, Sub. Secretário Municipal de Obras e Gestão Urbana; Sr. Braz Luiz de Azevedo, Secretário Municipal de Defesa Social, Sr. Eliabe de Freitas, chefe do DEMUTRAN, Emanuel Maia, Procuradoria Municipal de Mariana, os moradores do entorno da Rodovia do Contorno: Sr. José Roberto Pereira, Paulo Sérgio Brangioni, para tratar da municipalização da Rodovia do Contorno (MG 129). Leitura dos Ofícios. A reunião teve início com o vereador Marcelo, passando a palavra para o Sr. Paulo Sérgio, com o intuito que esse dê início as discussões sobre a municipalização da rodovia 129. Com a palavra o Sr. Paulo Sérgio, ressalta que essa é uma discussão pré-existente, colocando assim que a lei de municipalização é algo que veem correndo há três anos e que no momento da reunião se encontrava na fase final. Perante o exposto ele pede a colaboração dos presentes para a elaboração da lei, ressaltando assim que existem ideias, mas que até a presente data ele não tinha conseguido alvará. Em resposta ao pedido feito pelo Sr. Paulo Sérgio o vice-prefeito Newton, diz que se essa lei viesse a vigorar seria algo problemático ao passo que essa toca na candidatura do atual governador do estado, diante disso ele afirma que o assunto será retomado assim que o ano eleitoral chegar ao fim. Newton destaca que diante da proposta de municipalização outras questões acabaram por surgir como por exemplo a de que a partir do momento que o município adota essa rodovia como sua ela acaba por se tornar via urbana, o que acaba por dar fim na chamada faixa de domínio o que possibilita a regularização dos imóveis que ocupam a área. Entretanto, Newton apresenta também uma problemática no que tange a municipalização da rodovia, visto que a escritura que veio do estado dá ao municio a posse, mas não a titularidade, o que acaba por inviabilizar a repassagem de escritura para os que lá possuem propriedades. Ainda em sua fala, Newton diz que existe sim um projeto em andamento e que esse tem como objetivo fazer com que a rodovia 129 siga os desígnios do município, contudo ele dá ênfase que mesmo com a municipalização as questões das escrituras em um primeiro momento seguirão em pendencia, mas que serão tomadas medidas para que essa problemática seja também sanada. Dando seguimento, o vereador Marcelo faz alguns questionamentos ao procurador Emanuel sobre o andamento do processo. Em resposta, o procurador Emanuel disse que ratifica a fala do vice-prefeito Newton e logo em seguida faz uma explanação de como se encontra a parte processual da questão. Ele começa dizendo que é um processo datado de 2015, no qual o estado doou ao município trechos da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

rodovia mg 262 e rodovia 129, a doação teve consumação em junho de 2018. Entretanto, ocorreu também um pedido do estado que suspendesse o ato em questão, visto que o ano é eleitoral. Diante disso, o procurador Emanuel, diz que junto ao DER vem buscando formas de fazer essa suspensão, ele disse também que em uma reunião realizada há quinze dias com o procurador do DER, e que nessa reunião ficou decidido que será feito um aditivo no termo vigente, e que esse passará a valer a partir do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezenove, sendo assim até o presente momento o município não tem controle sobre a rodovia. Logo após o secretário Braz disse que no que diz respeito as atividades de responsabilidade da defesa social que essas precisam aguardar essa suspensão para agir no que diz respeito a planejamento e sinalização, entretanto ele diz que o que pode ser feito no presente momento é uma conversa com a DEMUTRAN para conversar sobre isso. Pela ordem a Vereadora Daniely perguntou ao procurador Emanuel quais são as medidas e ideias que a procuradoria tem pela questão da rodovia e qual o prazo para que o projeto seja retomado em dois mil e dezenove. Em resposta o procurador Emanuel diz que a questão dos prazos é responsabilidade do estado e que o município está no aguardo por resposta para poder tomar as medidas necessárias. Daniely entende, mas diz que é necessário que o município cobre um posicionamento do estado. Emanuel reafirma o que disse anteriormente e disse que se encontra condicionado ao termo de aditivo. Perante o exposto, o vereador Deyvson sugeriu ao presidente Marcelo que fosse enviado um ofício ao DER pedindo que o processo fosse agilizado, e questionando sobre a data em que o aditivo irá acontecer, visto que muitos moradores precisam da liberação. Newton reforça que o município está de 2015 pedindo um posicionamento do DEER na questão vigente, dando ênfase que a partir do dia primeiro de janeiro de forma automática o documento suspenso voltará a entrar em vigor. Newton ressalta que é importante no que diz respeito a prazos que o governo do estado estará em transição, o que pode vir a atrasar o processo. O presidente Marcelo reforça a importância da cobrança da comissão, e diz também que acredita que a mudança de governo pode vim a atrasar o processo. Com o intuito de diminuir esses atrasos o vice-prefeito Newton sugere que seja feito um diálogo com a nova comissão do governo do estado. O Sr. Paulo Sérgio diante da fala do vice-prefeito Newton, diz não ter visto uma grande movimentação da prefeitura para resolver o problema, ele ressalta a questão do tempo que os processos veem acontecendo e como os moradores da área já estão desgastados e desacreditados. O vice-prefeito Newton afirma que a prefeitura fez o que cabia a ela, mas que existem leis que devem ser seguidas, reforçando assim que a lei passa ao município a posse, mas não o direito de ceder os espaços. Por fim, o presidente Marcelo diz para o vice-prefeito Newton e para o procurador Emanuel que converse com os moradores com o intuito de discutir o que pode ser feito e reforça que a câmara se fará presente ao longo do processo. Dando seguimento o procurador Emanuel no intuito de deixar claro o que vem acontecendo para os membros da reunião diz que o município desde o início tratou a demanda em questão de forma prioritária, salientando mais uma vez que após a doação o município começou a articular suas ideias, mas que devido ao pedido de suspensão foi preciso que o município cancelasse o que havia feito até o momento. Ele disse também que foi devido ao posicionamento do município que o estado



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

resolveu por implantar um aditivo a escritura estabelecida anteriormente. O procurador Emanuel disse também que mesmo com a mudança de governo o aditivo vai acontecer, podendo assim haver somente uma mudança na data de vigência, ressaltando assim que o município não está parado frente ao problema. Em seguida o Sr. Paulo Sérgio questiona o procurador Emanuel se já existe uma ideia de como vai funcionar a cessão do espaço para os moradores e para aqueles que querem lá abrir um negócio. O procurador Emanuel ao responder diz que segundo a lei nesses casos os trechos de rodovia se tornam via urbana e sendo assim fica mais fácil a legalização por intermédio do município. Em seguida o Presidente Marcelo dá por encerrado o assunto. Logo em seguida, a vereadora Daniely aponta uma outra questão que diz respeito aos transtornos causados pela chuva no distrito de Bandeirantes, e diz que a população de lá veem cobrando uma visita técnica ao local ao passo que os transtornos persistem. Ela diz que a visita não foi feita por questão de agenda e questiona aos presentes se chegou até eles essa demanda da população. Em resposta o subsecretario de engenharia e arquitetura disse que o responsável por essas questões seria o Tales, disse também que a Samarco tem visitado a área com frequência, visto que eles são os responsáveis pelas obras no distrito. Por fim o vice-prefeito Newton reforça a fala do Weber e diz que as obras estavam sendo feitas, mas que foram interrompidas pela chuva. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às onze horas e dezessete minutos.

Paulo Sérgio